

R299 Psicologia Ambiental e desenvolvimento rural sustentável: contribuições metodológicas

Marlise A. Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); Miguel Angelo da Silveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); José Maria Gusman Ferraz (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

A noção de desenvolvimento rural sustentável deve ser interpretada no contexto do Relatório Brundtland (1987), que estabelece as bases atuais de discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente. Apesar da proposta basear-se no uso dos recursos ambientais para atender as necessidades atuais e das gerações futuras, o Relatório pouco esclarece sobre participação popular nesse processo. O desenvolvimento rural traz consigo a noção do mundo rural, espaço onde vivem pessoas com uma imensa diversidade cultural, política e religiosa. O grupo familiar

encontra-se no centro da vida econômica e social dessa realidade, com toda a sua diversidade. A agricultura familiar ocupa lugar central para o desenvolvimento rural sustentável, pois é dela que se espera a produção de alimentos baratos e saudáveis, com uso racional dos recursos ambientais e cuidado com a paisagem rural. O presente trabalho apresentará contribuições da Psicologia ambiental à Agroecologia e à agricultura familiar, visando o desenvolvimento de sociedades rurais sustentáveis. A Psicologia Ambiental objetiva o estudo das inter-relações pessoa-ambiente, tanto construído como natural. O termo *pessoa* visa salientar que as inter-relações ocorrem com o ser humano concreto, com uma história de vida, contexto cultural, dotado de cognição e afetos, com identidade social e individual. Tais inter-relações são estudadas em suas dimensões temporais e espaciais (Moser, 2002). Apresentaremos a articulação de alguns temas da Psicologia ambiental em um projeto desenvolvido pela EMBRAPA – Meio Ambiente, e reflexões metodológicas pertinentes. O projeto trata de análises de relações socioambientais do espaço rural para formulação de políticas públicas, especificamente, ao processo de desenvolvimento rural sustentável de agricultura familiar. Metodologicamente, visa a definição de ações de intervenção na realidade estudada apoiadas em um conjunto de diagnósticos científico/participativos, integrando e articulando métodos qualitativos e quantitativos, com emprego de diferentes métodos de coleta. Como contribuições ao diagnóstico socioparticipativo (DSP), apresentaremos procedimentos de avaliação de percepção ambiental e apropriação de espaço. Os espaços ocupados estão associados a uma relação afetiva e intervenções nos espaços privados ou apropriados remetem à regulação da privacidade. Portanto, ao se propor intervenções nas propriedades rurais, é relevante avaliar os níveis espaciais envolvidos, a estrutura familiar e divisão de territórios privados/compartilhados, a história de ações/transformações nesta propriedade e relações com vizinhança comunidade, o apego ao lugar e a identidade construída pelos agricultores e famílias, o estilo de vida da família e a saúde, e análise de comportamentos pró-ambientais. (CEPE-PUC/SP).